

TÉCNICA E TRANSFORMAÇÃO

perspectivas
antropológicas

Organizador

CARLOS EMANUEL SAUTCHUK

ABA PUBLICAÇÕES

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

DIRETORIA

PRESIDENTE

Lia Zanotta Machado (UnB)

VICE-PRESIDENTE

Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)

SECRETÁRIO GERAL

Cristhian Teófilo da Silva (CEPPAC/UnB)

SECRETÁRIA ADJUNTA

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

TESOUREIRO

Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos
(DAN/UnB)

TESOUREIRA ADJUNTA

Rozeli Maria Porto (UFRN)

DIRETORA

Claudia Turra Magni (UFPEL)

DIRETOR

Fabio Mura (UFPB)

DIRETOR

Lorenzo Macagno (UFPR)

DIRETORA

Regina Facchini (Unicamp)

ENDEREÇO

Universidade de Brasília - Campus
Universitário Darcy Ribeiro - Asa norte
Instituto de Ciências Sociais, Sala AT-41/29
Brasília-DF Cep: 70910-900
aba@abant.org.br, +55 61 3307 3754

COMISSÃO DE PROJETO EDITORIAL

COORDENADOR

Antônio Carlos Motta de Lima (UFPE)

VICE COORDENADORA

Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Cornelia Eckert (UFRGS)

Laura Moutinho (USP)

CONSELHO EDITORIAL

Alicia Norma González de Castells (UFSC)

Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

Antônio Augusto Arantes Neto (UNICAMP)

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS)

Camilo Albuquerque de Braz (UFG)

Carlos Alberto Caroso Soares (UFBA)

Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN)

Carmen Lúcia Silva Lima (UFPI)

Carmen Sílvia Rial (UFSC)

Cláudia Turra Magni (UFPEL)

Laura Graziela F. de F. Gomes (UFF)

Lea Carvalho Rodrigues (UFCE)

Levi Marques Pereira (UFGD)

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR)

Maria Eunice de Souza Maciel (UFGS)

Maria Filomena Gregori (UNICAMP)

Mônica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Patrícia Silva Osorio (UFMT)

Renata de Castro Menezes (UFRJ)

Soraya Fleischer (UnB)

Wilson Trajano Filho (UnB)

COPYRIGHT © 2017 DOS AUTORES

EDITORA: ABA Publicações

REVISÃO: Malu Resende

DIAGRAMAÇÃO: Luis Costa

PROJETO GRÁFICO: Daniel Mira

CAPA: Daniel Mira

IMAGENS: Todas as fotografias que abrem os capítulos são de autoria daqueles que assinam os textos, exceto quando indicado.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Técnica e transformação : perspectivas antropológicas / organização de Carlos Emanuel Sautchuk. -- Rio de Janeiro : ABA Publicações, 2017.
500 p.

Bibliografia

ISBN Impresso: 978-85-87942-55-5

ISBN Ebook PDF: 978-85-87942-52-4.

1. Antropologia 2. Filosofia 3. Technê (Filosofia) I. Sautchuk, Carlos Emanuel

18-0047

CDD 301

Índices para catálogo sistemático:

1. Antropologia

ABA PUBLICAÇÕES



LACT



DAN | PPGAS



UnB



CAPES



CNPq

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Sumário

Introdução	
Técnica e/em/como transformação	11
<i>Carlos Emanuel Sautchuk</i>	

Parte I

Projetos, poderes e políticas

1	A política como técnica de uso e como ato transformador: algumas reflexões a partir do caso dos Kaiowa de Mato Grosso do Sul	37
	<i>Fabio Mura</i>	
2	O “camponês” enquanto contexto: transferência de tecnologia em um projeto de cooperação sul-sul	69
	<i>Letícia Cesarino</i>	
3	Dos traços dos designers às linhas das rendeiras: os percursos de uma transformação	95
	<i>Júlia Dias Escobar Brussi</i>	
4	Destilando transformações: humanos e plantas cultivadas sob a lógica dos recursos fitogenéticos	127
	<i>Guilherme Moura Fagundes</i>	

Parte II
Ciências, ambientes e conhecimentos tradicionais

- 5** Técnicas de navegação por jangadeiros no litoral norte da Paraíba: “marcação por terra”, GPS, propulsão à vela e motor 153
Gabriel Coutinho Barbosa e Rafael Devos
- 6** Matar e manter: conservação ambiental como transformação técnica 183
Carlos Emanuel Sautchuk
- 7** “Tem que saber botar”: técnica e habilidade na pesca com timbó entre os Wapichana em Roraima 213
Alessandro Roberto de Oliveira
- 8** A volta do que não foi: sobre animais presentes em naturezas futuras 239
Guilherme José da Silva e Sá

Parte III
Máquinas: gesto e objeto técnico

- 9** “Flecha é igual 22”: gesto técnico e transformação no arsenal de caça dos Panará 265
Fabiano Campelo Bechelany
- 10** Invenção e maquinização no campo: o caso da sangria de seringueiras no interior de São Paulo 295
Eduardo Di Deus
- 11** Mestres, máquinas e ferramentas: sobre a construção da carpintaria naval tradicional 327
Simone Soares

- 12** Na oficina do Diabo: ritmos, sinergias e transformações na
ferramentaria de orixás na Bahia 351
Lucas Marques

Parte IV

Animais: domesticações e asselvajamentos

- 13** A "genética" do cotidiano: seleção e reprodução na criação de
vacas Montbéliarde (França) 379
Jeremy Deturche
- 14** As lidas e o bem-estar: relações entre os humanos e os animais
em fazendas de criação de gado de corte 403
Graciela Froehlich
- 15** Acerca do búfalo: delimitação e movimento no Baixo rio Araguari
(Amapá) 427
Pedro Stoeckli Pires
- 16** Criar ovelhas, caçar javalis: negociações técnicas e
engajamentos ambientais no manejo de suídeos asselvajados no
extremo sul do Brasil 451
Caetano Sordi

Parte V

Transformações metodológicas

- 17** Cadeia operatória, transectos e teorias: algumas reflexões e
sugestões sobre o percurso de um método clássico 475
Ludovic Coupaye
- Apresentação dos autores 496



CAPÍTULO 14

As lidas e o bem-estar: relações entre os humanos e os animais em fazendas de criação de gado de corte

Graciela Froehlich

Richard Bulliet, em *Hunters, Herders and Hamburgers* (2005), distingue sociedades domésticas de sociedades pós-domésticas pelas diferentes relações que ambas mantêm com os animais. As primeiras são caracterizadas pelo convívio constante e diário com os animais domésticos e por apresentarem poucos dilemas morais com o abate e com o consumo de produtos de origem animal. Em sociedades da “pós-domesticidade” as pessoas estão física e psicologicamente distantes dos animais que consomem, ao passo que mantêm relações bastante próximas com seus animais de estimação. Embora nesse contexto o consumo de produtos de origem animal tenha atingido níveis sem precedentes na história humana, seus consumidores, segundo Bulliet, experimentam “sentimentos de culpa, vergonha e repugnância ao pensar sobre os processos industriais pelos quais os animais domésticos são transformados em produtos e sobre como esses produtos chegam ao mercado” (Bulliet, 2005:3).

Partindo-se da proposta de Bulliet, o “bem-estar animal” pode ser pensado como um mecanismo de mitigação do mal-estar moral em face do consumo de produtos cárneos. O advento desta categoria remonta à década de 1960, quando o governo da Inglaterra instituiu uma comissão de etólogos, médicos veterinários e zoólogos, que ficou conhecida como Comitê Brambell, para avaliar as condições de vida dos animais de fazenda. A época testemunhava a intensificação dos sistemas produtivos, com a substituição da criação de animais ao ar livre pela sua manutenção em ambientes fechados nos quais são controlados a temperatura, a umidade e a alimentação dos animais. Rações industrializadas tornavam-se a base da dieta, e a administração de hormônios

de crescimento e o uso de antibióticos para o controle de doenças passaram a ser uma constante nos criatórios. *Animal Machines* (1964), obra pioneira de Ruth Harrison, dedicou-se a demonstrar os efeitos nocivos dos sistemas industriais de criação animal e está na origem dos debates em torno dos direitos dos animais e do bem-estar animal, uma vez que a sua obra teve papel fundamental na constituição do Comitê Brambell.

O relatório deste comitê apresenta uma primeira abordagem de bem-estar animal, que engloba tanto o seu bem-estar físico quanto o mental (Brambell, 1965:9). À época – e em diferentes contextos ainda hoje – o bem-estar dos animais estava relacionado somente a índices de produtividade, tais como o ganho de peso dos bois e a taxa de postura de ovos das galinhas poedeiras. Mas o relatório apontou que, por vezes, um crescimento acelerado é antes o sintoma de alguma disfunção no organismo do que um sinal de saúde e bem-estar dos animais. Dessa forma, o relatório estabeleceu que, independentemente do ambiente no qual vivessem os animais, eles deveriam, no mínimo, poder “levantar-se, deitar-se, girar, limpar-se e esticar seus membros” (Brambell, 1965:13).

O relatório Brambell influenciou o conceito mais amplamente difundido de bem-estar animal, definido em 1993 pelo Farm Animal Welfare Council (FAWC) – órgão responsável por assessorar o Ministério da Agricultura inglês nas questões relativas ao bem-estar dos animais em todos os estágios da cadeia produtiva – com a observância de cinco liberdades básicas: os animais devem estar livres de medo e de estresse; livres de fome e de sede; livres de desconforto; livres de dor e de doenças; e livres para expressar seu comportamento natural, ou seja, aquele definido etologicamente como característico da espécie. A abordagem do bem-estar animal como o respeito às “5 Liberdades” está na base das resoluções da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), principal referência para o comércio internacional de animais e produtos derivados, reverberando também nos dispositivos legais desenvolvidos por seus países-membros. Além disso, o relatório Brambell forneceu uma agenda para os estudos científicos de bem-estar animal, originando uma ciência exclusivamente dedicada ao desenvolvimento de parâmetros de mensuração, técnicas e tecnologias voltadas ao bem-estar animal.

Em que pese o crescente interesse por pesquisas e iniciativas voltadas ao bem-estar animal, este é um tema controverso no universo dos direitos dos animais. Os movimentos que advogam pela libertação animal, herdeiros da obra seminal de Peter Singer, “A Libertação Animal”, de 1975, defendem o

fim do uso humano dos animais, seja para a produção de carne, de couro, de peles, de ovos ou de leite; para o entretenimento, os esportes, a tração, ou ainda para a realização de experimentos científicos. Quaisquer práticas que impliquem sofrimento aos animais devem ser abolidas, sendo o veganismo, isto é, a abstinência completa de produtos com quaisquer origens animais, o princípio moral a orientar o movimento pelos direitos dos animais, como defendem em desdobramentos recentes autores, como Tom Regan, com *Jaulas Vazias*, de 2004, e Gary Francione, com *Rain without thunder*, de 1996. A polaridade entre os movimentos em prol de medidas de bem-estar e aqueles que reivindicam a libertação dos animais pode ser resumida na sentença de que “a verdade dos direitos animais requer jaulas vazias, e não jaulas maiores” (Regan, 2006:12). Para os defensores que atuam nessa frente, as medidas de bem-estar animal institucionalizariam o antropocentrismo e as práticas cruéis implicadas na produção de animais para fins alimentares, não defendendo os direitos dos animais, mas sim o direito dos humanos em utilizá-los conforme os seus interesses.

No mercado de carnes, o bem-estar animal tem sido apropriado como um mecanismo de diferenciação dos produtos. Os agentes do agronegócio brasileiro – as indústrias frigoríficas, os pecuaristas, as entidades estatais, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) etc. – atentos às demandas e às discussões internacionais, têm buscado reposicionar seus produtos no mercado por meio de certificações que atestam a conformidade de seus processos produtivos com os preceitos de bem-estar animal. Vale mencionar que o Brasil é o detentor do maior rebanho bovino comercial do mundo, tendo atingido as 215,20 milhões de cabeças em 2015 (IBGE, 2016), sendo que esta cadeia produtiva movimentou no ano de 2015 um valor estimado em R\$ 483,5 bilhões (Abiec, 2016).

Neste texto, interessamo-me pela implantação de medidas de bem-estar animal em fazendas de gado de corte, tomando como ponto de partida o trabalho de campo realizado junto às Fazendas Beira Alta,¹ no Mato Grosso, que há mais de dez anos opera com protocolos de bem-estar animal. A fim de adentrar nos principais pressupostos e em medidas de bem-estar animal para a pecuária de corte, o primeiro momento é dedicado à reflexão sobre os manuais e os

1 Utilizo nomes fictícios para a fazenda e todos os interlocutores que aparecem neste artigo.

materiais de divulgação do Ministério da Agricultura e de organizações não governamentais, como a World Animal Protection, que difundem e orientam as iniciativas de bem-estar animal para aqueles que são de criação. Conceitos como manejo racional e abate humanitário configuram os novos paradigmas nas relações entre humanos e animais a serem alcançados através de medidas de bem-estar animal. Na segunda seção, concentro-me nas questões levantadas a partir de pesquisa de campo na fazenda no sentido das relações cotidianas de trabalho com o gado, as quais adotam as práticas de bem-estar animal, próprias para pensar as transformações das relações entre humanos e animais específicas neste campo.

ABATE HUMANITÁRIO, MANEJO RACIONAL E A INDUSTRIALIZAÇÃO DA PECUÁRIA

“Humanitário” e “racional” são os adjetivos utilizados para qualificar o padrão de tratamento e as inovações técnicas cientificamente orientadas relacionadas ao bem-estar animal. Ambos dizem respeito ao provimento de melhores condições nas instalações em que são mantidos os animais, seja em fazendas, zoológicos, ou residências, bem como às relações que mantêm tratadores e animais. Para o caso dos animais criados para a produção de carne, por exemplo, as medidas de bem-estar animal exigem gaiolas, chiqueiros e estábulos maiores, pavimentos que evitem ferimentos, áreas de sombreamento e descanso, sempre levando em consideração as particularidades da espécie, de forma que esses animais se sintam livres ou, pelo menos, o mais livres possível para expressarem seus comportamentos naturais, ainda que em ambientes “não naturais”, como gaiolas, caminhões, abatedouros etc. Além disso, devem ser evitadas práticas comuns do modelo industrial de produção intensiva, como o corte dos bicos dos frangos, das caudas e das presas dos porcos e a castração de bois e porcos machos.

O abate humanitário é o capítulo recente mais importante na trajetória de implementação de práticas de bem-estar animal na indústria da carne. O Decreto 2.244 de 1997 determina que “só é permitido o sacrifício de animais de açougue por métodos humanitários, utilizando-se de prévia insensibilização baseada em princípios científicos, seguida de imediata sangria” (Brasil, 1997: art. 1º), exceto para os casos de abate religioso, para a produção de carne *halal*, conforme a lei islâmica e *kosher*, produzida sob preceitos judaicos, realizado nos frigoríficos. O objetivo dessa modalidade de abate é minimizar

a dor e o sofrimento animal, objetivando uma morte mais rápida e higiênica. Todo o processo – desde a chegada ao abatedouro, a duração e as condições de permanência em seus limites, a insensibilização e a sangria – visa reduzir a excitação que provoca lesões e a percepção por parte dos animais de que em breve eles serão mortos.

Ao tematizarem as relações entre humanos e animais, as recomendações de bem-estar animal orientam os trabalhadores a executarem suas funções de forma calma, respeitando o comportamento natural dos animais e evitando o uso de força física. Além das melhorias técnicas nas instalações, “a relação com os humanos com quem interagem é um dos aspectos dos sistemas de criação que afeta a saúde e o bem-estar dos animais” (Honoratto et al., 2012:333). Partindo de diagnósticos como esse, a relação que motoristas boiadeiros,² manejadores, tratadores e peões mantêm com os animais são alvos de parcela importante das instruções dos manuais distribuídos pelo Mapa e das preocupações dos veterinários e zootecnistas comprometidos com o bem-estar animal. Eles asseveram que avanços em pesquisa genética, que cria animais mais precoces e provedores de uma carne mais macia, precisam andar lado a lado com um tratamento positivo dos animais, uma vez que “não basta ter a melhor genética, a alta produtividade, a nutrição equilibrada e de boa qualidade, se o manejo com os animais está sendo incorreto” (Oliveira et al., 2008:292).

O manejo agressivo dos animais, causador de lesões e ferimentos, pode resultar, outrossim, no declínio da produtividade: “para os animais zootécnicos,³ a qualidade das interações com o ser humano é um fator determinante para o desenvolvimento de medo de seres humanos e, consequente-

2 Designação que recebem os motoristas de caminhão que transportam animais vivos, como suínos, gado e frango.

3 Animais zootécnicos são aqueles com os quais se ocupa a “ciência aplicada” Zootecnia. De acordo com a Associação Brasileira de Zootecnistas, “o Bacharel em Zootecnia ou Zootecnista atua na produção animal, preservação da fauna, criação de animais de companhia, lazer e esporte, sendo profissional essencial em todas as atividades agropecuárias. É capaz de gerenciar, planejar e administrar empreendimentos do agronegócio, como fazendas, granjas, agroindústrias, envolvendo-se desde a produção até a comercialização, dinamizando e tornando eficaz o processo. Atua em todos os setores da produção animal, desde a nutrição, melhoramento genético, reprodução, sanidade até administração rural, respeitando o bem-estar animal, considerando a sustentabilidade econômica e ambiental da propriedade, levando ao consumidor produtos de origem animal com qualidade e biossegurança”. Informações disponíveis em: <http://www.abz.org.br/sobre-zootecnia/4485-zootecnia.html>. Acesso em 22/06/2017.

mente, para o seu bem-estar e produtividade” (Honorato et al., 2012:333). A relação humano-animal tem a interação como paradigma, como demonstram os títulos de alguns artigos científicos: “Particularidades relevantes da interação humano-animal para o bem-estar e produtividade de vacas leiteiras” (Honorato et al., 2012); “O reflexo da interação amigável entre humanos e bovinos no bem-estar da fazenda” (Rosa & Paranhos da Costa, s/d); “Interação humano e bovino de leite” (Peters et al., 2007). O paradigma interacionista também aparece na apresentação do manual⁴ devotado às boas práticas de manejo no nascimento de bezerros:

Este manual foi desenvolvido com base nos conhecimentos adquiridos ao longo de 10 anos de estudos, quando foram realizadas observações do comportamento de vacas e bezerros logo após o parto, bem como de suas interações com humanos durante a realização dos manejos de rotina (Paranhos da Costa et al., 2013:11).

Interação é, assim, um conceito utilizado tanto por veterinários quanto por zootecnistas nas avaliações de bem-estar animal e diz respeito às relações que os tratadores mantêm com os animais sob os seus cuidados. Interações negativas resultam em declínio no nível de bem-estar, e interações positivas promovem o seu melhoramento. De acordo com Porcher (2011), o conceito de interação usado por etólogos, cientistas do comportamento animal, tem suas raízes na física, e se refere a um processo de ação e reação no qual os animais seriam como moléculas de gás que apenas responderiam aos estímulos dos humanos. Mas o animal com o qual se está preocupado com o seu bem-estar é aquele percebido como organismo biológico, senciente e capaz de expressar suas vontades através do seu comportamento (Porcher, 2011). A abordagem descrita por Porcher não considera termos próprios dos animais, deixando-os presos àquilo que os humanos esperam deles. A reação dos animais em face de situações que lhes causem medo, ansiedade ou excitação, como uma poça d’água, objetos luminosos e barulhos excessivos que os fazem empacar, gritar ou se mover indiscriminadamente, mobiliza os pesquisadores sobre como proporcionar espaços e tratamento adequados para a expressão de comporta-

4 Os manuais dos quais foram extraídos os excertos foram desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Etologia e Ecologia Animal (Grupo ETCO) da Unesp, Jaboticabal/SP. Publicados e distribuídos com o apoio do Mapa, estes manuais destinam-se a orientar e a treinar manejadores nos princípios de bem-estar animal e aplicá-los nas fazendas e nos abatedouros.

mentos tranquilos e condizentes com o que seria o seu comportamento natural, mesmo que em ambiente não natural, como nos caminhões, nos currais, nos bretes e nos matadouros.

Nas atividades com o gado, a norma de bem-estar animal é não “forçar o animal a fazer algo contra a sua natureza, mas induzi-lo a fazer o que queremos, tornando o manejo mais seguro e eficiente” (Climeni et al., 2008:3). “O gado sabe e quer fazer o que queremos”, afirma Steve Cote em *Stockmanship: A Powerful Tool for Grazing Lands Management* (citado em Grandin & Johnson, 2010). Se o gado “quer” fazer o que os humanos desejam, a violência física contra os animais não é necessária e a brutalidade tida como típica do trabalho com os animais de fazenda deve ser substituída por práticas mais calmas e não agressivas (Paranhos da Costa et al., 2008).

São os estudos de etologia que definem os comportamentos naturais que devem ser respeitados e favorecidos pelas medidas de bem-estar animal. Particularidades das espécies mobilizam técnicas diferenciadas no intuito de favorecer a expressão deste comportamento natural e evitar o uso da força no trabalho com os animais. Os manejadores são instruídos a respeitar, por exemplo, a “zona de fuga” dos animais, definida como “a distância mínima que o animal permite a aproximação de humanos antes de iniciar o deslocamento (fuga)” (Paranhos da Costa et al., 2003:2). Essa distância varia conforme a raça dos animais, o ambiente em que eles se encontram, as memórias que eles possuem e a forma de abordagem utilizada na aproximação. Quando um bovino está estressado, por exemplo, sua zona de fuga é maior, ou seja, maior será a distância que ele preservará dos humanos (ou de outros animais). Um animal calmo permite uma aproximação maior (ou seja, sua zona de fuga é menor). Além da zona de fuga, o estabelecimento de hierarquias, o comportamento gregário, os temperamentos diferenciados de machos e fêmeas devem ser levados em consideração pelos manejadores, que precisam, em função destas características, evitar a mistura de machos e fêmeas, a constituição de lotes excessivamente grandes para o embarque nos caminhões e a “mistura de lotes” (a reunião em um mesmo espaço de animais que não conviveram anteriormente).

Noske (1993) chama a atenção para o fato de que são as ciências naturais, particularmente as ciências do comportamento animal, as responsáveis por criar a imagem que temos dos animais. Ao passo que aos humanos é concedida a capacidade de escolha e a construção de uma história cultural, aos animais resta, segundo a autora, uma história natural confinada em seu código

genético (Noske, 1993:186-188). Como aponta Porcher (2011 citado em Sordi, 2013), a “ideologia zootécnica” é o paradigma que tem informado as relações entre humanos e animais no contexto agropecuário nos dois últimos séculos. A ética concebida por defensores de medidas de bem-estar animal demanda mudanças nas “práticas de uso” desses animais na medida em que reconhece neles certa subjetividade. Sordi (2013) assinala como inovação desta ideologia zootécnica o reconhecimento de uma subjetividade dos animais não percebida no contexto anterior. Essas composições parecem sugerir o advento de um novo animal de produção, cujos parâmetros de produtividade incorporam o estresse, o sofrimento, as liberdades e as necessidades dos animais, pensados agora como indivíduos, indivíduos estes que precisariam de uma boa qualidade de vida para gerar uma carne de alta qualidade: o animal é subjetivado em uma primeira instância no intuito de objetivá-lo de forma absoluta através de sua morte (Sordi, 2013).

Para Porcher (2011), as considerações científicas sobre bem-estar animal falham em não considerar a transmissão de sofrimento entre humanos e animais nos sistemas de criação. Estresse e ansiedade são variáveis que remetem ao indivíduo e não à situação global que os agentes reciprocamente constituem, pois “o estresse relaciona-se à biologia; ele pode ser avaliado, conceitualizado, explicado etc. Ao passo que o estresse é um problema individual, o sofrimento é um problema coletivo” (:13). Associados pelo trabalho, animais e humanos compartilham também as mesmas doenças, estresse e cansaço que a produção em larga escala origina (Porcher, 2011). A racionalidade que preside as avaliações de bem-estar interessa-se pelos agentes – tanto humanos quanto animais – em sua individualidade, produtividade e capacidade de geração de renda e lucratividade, ignorando o compartilhamento de vida e de condições de vida, em que o sofrimento apareceria como uma das dimensões possíveis. A equação que parece resultar disso tudo é a seguinte: trabalhadores estressados → animais estressados → carcaça⁵ em más condições → carne de baixa qualidade → queda na lucratividade. Assim sugere Porcher:

O estresse dos trabalhadores tem uma influência negativa sobre os animais. Ele interfere no manejo, reduz a eficiência do trabalho e, em última instância, afeta os índices de produção e a qualidade da carne. Essa questão é, portanto, uma

5 Carcaça é o corpo do animal abatido, sem o couro, a cabeça e as vísceras. A carne é fruto do processamento posterior, quando a carcaça é cortada em pedaços menores destinados à alimentação.

preocupação patente dos gerentes. Trata-se de treinar os trabalhadores em comportamento *ad hoc* e elaborar um perfil psicológico do trabalhador ideal da produção animal (2011:13).

As intervenções humanas na vida dos animais parecem ter atingido seu ápice com as práticas industriais de criação, como exemplificado pelas tecnologias de fertilização *in vitro* e de clonagem de animais (Leal, 2014), a manutenção de animais em confinamento, a alimentação à base de rações e concentrados de minerais. Entre criar e produzir animais, o segundo termo parece mais apropriado e é aquele que desponta com mais frequência no âmbito da industrialização da pecuária. Como analisa Porcher, no contexto francês, “entre criação de animais e ‘produção animal’, o trabalho da pecuária foi quase reduzido exclusivamente à sua racionalidade econômica” (2004:36).

O BEM-ESTAR ANIMAL NO COTIDIANO DE TRABALHO DAS FAZENDAS

Uma placa exposta no curral de manejo⁶ das Fazendas Beira Alta comunica aos visitantes uma especificidade do trabalho desenvolvido na fazenda: “aqui se aplica o manejo: ‘bem-estar animal’”. O leiteiro sugere que nos limites da fazenda se maneja, trabalha, lida, mexe com o gado de corte de forma a proporcionar melhores condições de vida aos animais humanos e aos não humanos que ali vivem e trabalham. Trabalhar é o que se faz na fazenda e falar sobre trabalho é em grande parte o que se faz também nas horas vagas.

O ambiente da fazenda, por seu método de confinamento, pouco remete à imagem bucólica de bois pastando a relva verde. Na unidade em que permaneci durante a pesquisa de campo, no estado do Mato Grosso, vivem cerca de 10 mil bois das raças Nelore, Angus, Aberdeen e Hereford (e cruzamentos). Nesse sistema, “os animais são colocados em piquetes ou currais de engorda com área que restringe a locomoção dos mesmos, e onde os alimentos são fornecidos de forma controlada nos cochos” (Moreira et al., 2009:133). No Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, onde um boi pode passar toda a sua vida em confinamento, o gado adentra nesse sistema apenas na fase final

6 O curral é o espaço no qual o gado é trabalhado, onde são feitas as vacinas, colocados os brincos e feitas as marcações com ferro quente.

de engorda,⁷ sobretudo nos períodos de seca. Este espaço é projetado para os animais ganharem peso rápido e a estimativa é que um animal possa engordar até 1,8 kg por dia de confinamento na fase de terminação.

A combinação de melhoramento genético e manejo alimentar, focado na suplementação através de minerais e na administração de alimentos calóricos como o milho e a soja, permitem ao produtor abater seus animais em um tempo drasticamente reduzido. Se em um modelo de pecuária tradicional, para usar o termo de uma das zootecnistas com a qual conversei em campo, um boi levava mais de quatro anos para “ficar pronto”, ou seja, com a idade e o peso ideais para o abate, através da suplementação a pasto e do beneficiamento das pastagens, bem como do melhoramento genético do rebanho, um boi pode ser abatido com dois anos ou menos. Quando confinado, a idade de abate pode ser reduzida para cerca de 12 meses.

Nesta cidade de bois – como o confinamento é caracterizado por Michael Pollan em seu *best seller O Dilema do Onívoro* (2007) – o trabalho humano é acelerado e o tempo de vida dos animais é reduzido. A necessidade de agilidade e eficiência evoca o desenvolvimento de uma linha de produção industrial: “hoje precisamos trabalhar 300 animais”, avisaram-me certo dia. Nos finais de semana e feriados o expediente é cumprido com equipes reduzidas e revezadas. Por estarem encerrados em um ambiente sem fonte de água e comida, os bois e as vacas em confinamento são totalmente dependentes dos humanos para comer e beber. Em uma conversa que tive com Paulo, gerente do confinamento, sobre minha percepção de que a “fazenda não parava nunca”, disse-me que eram os bois que ditavam esse ritmo acelerado: “como eles ficariam sem água e sem comida? Quem os assistiria em caso de necessidade?”. Não é possível esquecer assim o fato de que se está trabalhando com seres vivos que impõem seu ritmo, não só ao labor, como ao descanso dos humanos.

Na fazenda trabalham seis vaqueiros, responsáveis pelo manejo das 10 mil cabeças de gado que estavam lá à época. Este número aumenta para cerca de 15 mil quando o confinamento atinge sua capacidade máxima. Pensando-se proporcionalmente, são cerca de 1.700 bois para cada vaqueiro. As atividades

7 A pecuária de corte brasileira organiza-se em três diferentes fases: cria, recria e engorda. A fase de cria corresponde ao período de reprodução, crescimento e desmama do bezerro; a fase de recria compreende o período que vai da desmama à reprodução – para o caso das fêmeas, e da desmama ao início da engorda no caso dos machos. A engorda é o período em que os animais são “terminados”, seja nos confinamentos, ou ainda, extensivamente nas pastagens.

na fazenda são setorizadas e há equipes específicas responsáveis pelas diversas atividades: de infraestrutura, de tratadores, os lavadores dos bebedouros, os trabalhadores da fábrica de ração, os tratoristas, os porteiros.

Todos os bovinos que entram na fazenda precisam passar pelos procedimentos de cadastramento, marcação e vacinação. O cadastramento consiste na aplicação de brincos de rastreabilidade,⁸ que apresentam um número e um código de barras. Os dados de cada animal, como a idade, o peso, as vacinas administradas e as datas desses procedimentos ficam armazenadas em um *software* chamado *Data Collection*, um programa de computador especialmente desenvolvido para o controle do rebanho. Há ainda o “brinco de piquete” ou “brinco de manejo”, colocado em todos os animais que formam um lote e compartilham do mesmo cocho. Esse procedimento de colocar os brincos nos animais é chamado de “brincar”.

O gado é, além disso, marcado com ferro quente. Em seu corpo é gravado o símbolo da fazenda, o ano (sinalizado por uma letra) e o mês do nascimento (representado por seu próprio número) e um sinal indicando a origem dos animais – se foram comprados de outra fazenda, se são originários de uma parceria com outro criador ou ainda se são *crioulos*,⁹ ou seja, nascidos na própria fazenda. Essas marcas são feitas na parte superior das pernas (traseiro), no cupim¹⁰ e ainda na parte interna das orelhas dos bovinos. Estes são os principais dispositivos de identificação dos animais e parcela importante do que na fazenda é chamado de “trabalhar os animais”. Somam-se à identificação os cuidados sanitários, que consistem na administração de vacinas contra doenças, como o carbúnculo e o botulismo, bem como a administração do complexo vitamínico ADE, que contribui na preparação do organismo dos animais para a dieta à base de soja e de milho que receberão pelos próximos meses.

Todos esses processos acontecem no espaço do curral, local de entrada e de saída de todos os animais da fazenda, por vezes simultaneamente. É nele que

8 Trata-se do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov) do Ministério da Agricultura. Esse sistema visa ao acompanhamento e ao controle individual dos animais, desde o nascimento até o abate, apresentando informações sobre movimentação geográfica, tratamentos de saúde, idade e peso. Não é obrigatório para a criação de animais no Brasil, mas é obrigatório para aqueles pecuaristas que desejam exportar carne para mercados como a União Europeia e o Chile.

9 Esta é a grafia utilizada nos cadastros da fazenda.

10 O cupim é uma protuberância localizada atrás da cabeça dos bois (nas vacas ele é menor) e é uma característica da raça zebuínas.

os caminhões e as carretas estacionam para desembarcar o gado que chega na fazenda e embarcar os bois com destino ao frigorífico. E foi também ali que passei grande parte do tempo conversando e trabalhando com os vaqueiros e com o gado. Já na primeira semana de campo foi-me emprestada uma bandeira de manejo, com a qual eu ensaiava o trabalho de *afinar* os animais, conduzindo-os pelos corredores do curral. Esta acabou sendo uma atividade quase cotidiana e, com o passar do tempo, havia já uma *bandeirinha* separada para mim.

As bandeiras de manejo foram introduzidas nas fazendas a partir dos cursos de capacitação em bem-estar animal, substituindo as ferramentas de choque e o aguilhão. O choque consiste em uma haste que desfere uma descarga elétrica em sua extremidade ao ser pressionado contra o corpo dos animais. Com o choque os bois são forçados a andar na direção desejada por aquele que usa a ferramenta. O aguilhão, por sua vez, utiliza uma extremidade pontiaguda que espeta o corpo do animal com o mesmo objetivo, forçar a movimentação do gado. As bandeirinhas, como são chamadas pelos vaqueiros, são ferramentas de trabalho introduzidas nas fazendas com o objetivo de diminuir o uso da força física no manejo do gado e objetivam igualmente dar maior segurança aos vaqueiros. As bandeiras de manejo funcionam como uma extensão do corpo dos vaqueiros, que por meio delas podem manter maior distância dos animais, dispondo de uma área maior para a realização dos movimentos (Paranhos da Costa et al., 2008). Quando balançadas próximas aos bois na região de suas patas dianteiras e na altura da cabeça, os bois andam para frente. Quando o pano é estendido em frente aos olhos do animal, o objetivo é fazer com que ele interrompa a sua caminhada. O cabo destas bandeiras tem diferentes tamanhos, que variam conforme o ambiente em que os animais serão manejados: mais curtos para o curral e mais longos para o manejo nos piquetes e em campo aberto e confinamento.

Nos piquetes de confinamento os bois atravessam as horas comendo ração, bebendo água, ruminando e dormindo. Tal é o comportamento esperado para animais considerados em condições de bem-estar. Por seu turno, brigas, animais agitados e sodomia¹¹ são comportamentos que alertam os técnicos e os

11 A sodomia é percebida como um dos grandes problemas do confinamento de gado de corte, a ser remediado por medidas de bem-estar animal e pela administração de substâncias homeopáticas que visam reduzir a virilidade desses bois. A sodomia acontece quando um grupo de bois monta em um ou mais animais do lote, manifestando o que é considerado um comportamento agressivo e potencialmente causador de lesões nas carcaças. Aconselha-se que animais de origens diferentes não

vaqueiros para bois e vacas cujo bem-estar está ameaçado. Um dos focos dos treinamentos em bem-estar animal é, destarte, uma educação do olhar, que deve reconhecer as situações desfavoráveis aos animais, ou seja, aquelas que lhes causem sofrimento e dor: “é necessária a *modificação na forma de perceber os animais* pelos colaboradores, não apenas como um produto de valor comercial, mas sim como *seres sencientes*, ou seja, com capacidade de sofrer, sentir dor, prazer, satisfação” (Ludtke et al., 2012:17, grifos dos autores).

Estar atento aos sinais do gado é parcela importante do trabalho dos vaqueiros, tanto nos afazeres do curral quanto nos afazeres de campo, de tocar boiada e dar rodeio, vistoriando as condições de saúde do gado no pasto e nos piquetes do confinamento. Ademais, “no olho” determina-se o peso de um boi, percebem-se os possíveis *brabezas*, isto é, bovinos que podem apresentar comportamentos agressivos, falhas na estrutura que prejudicam e atrasam o trabalho, como o rompimento de cercas e porteiras. Avalia-se também se a ração está sendo bem recebida ou não pelos animais, detectam-se doenças, entre outros. E é preciso o olhar de todos os trabalhadores para engordar o gado, uma vez que aos funcionários da fazenda é recomendada atenção a qualquer movimentação incomum dos bovinos, devendo ser dados alertas para o seu bem-estar.

Falar com os animais – descobri imediatamente – ser não apenas uma necessidade do trabalho com eles, como uma exigência. Para Felipe, capataz na fazenda Beira Alta, qualquer pessoa que se aproxime do gado deve falar com ele, avisar os bovinos de que não é um predador,¹² pois “quem chega silencioso é a onça”, disse-me. E o tom de voz deve ser grave, jamais agudo. Com ambos o gado se movimenta, mas o último assusta, enquanto o primeiro é familiar e não agressivo. Esta orientação, oriunda dos cursos de bem-estar animal, foi especialmente importante para que eu aprendesse a andar pelas linhas do confinamento. Os bois se assustam com pedestres¹³ e uma forma de

sejam misturados num mesmo lote, pois a entrada de um “estranho” no grupo pode desencadear comportamentos de sodomia.

12 O animal humano, apesar de efetivamente matar os animais, não é considerado predador.

13 Tratores, motocicletas, caminhonetes e especialmente humanos a cavalo não assustam os bois como humanos pedestres o fazem. Ainda na primeira semana de trabalho de campo, fui ao encontro dos vaqueiros que traziam uma boiada do campo para ser trabalhada no curral. Inadvertidamente posicionei-me ao lado de uma porteira e fiquei olhando a aproximação da comitiva. Em certo momento, quando estavam mais próximos, a boiada estancou e ficou me olhando atentamente. João, um dos vaqueiros, veio então ao meu encontro e pediu que eu saísse dali, pois, caso contrário,

minimizar o possível estresse desse encontro é falar com eles. “Êêêê, oba, oba; vem, vem” são algumas das expressões com as quais me acostumei a usar com o gado quando deles me aproximava. Fala-se muito em habituação e costume: o gado estaria acostumado apenas com o ruído e o formato dos tratores utilizados para distribuir a ração nos cochós, com humanos montados em cavalos ou em motocicletas, mas não com os humanos andando a pé à sua volta.

O maior ou menor contato do gado com os humanos é considerado determinante para os temperamentos e os comportamentos expressos pelos animais. O gado criado com pouco ou nenhum contato humano é tido como mais bravo e inquieto. Já os animais que mantêm um contato mais regular com os seres humanos são considerados mais dóceis, e as atividades de manejo no curral e de movimentação dos rebanhos dentro das fazendas tornam-se mais fáceis. Para Marcelo, ex-gerente-geral das Fazendas Beira Alta e hoje consultor para compra e venda de gado, “quando você pega um animal que os caras só dão porrada, batem, dão agulhada e pancada, é totalmente diferente. Você conseguir trabalhar dentro dos padrões que a gente conseguiu desenvolver, você vê que o animal é bem mais tranquilo, ele não sai correndo”. De acordo com Marcelo, o gado que é tratado com violência pelos vaqueiros manifesta seu medo perante os humanos, fugindo deles. Por sua vez, bois e vacas que são tratados de forma mais gentil convivem com os humanos de maneira mais harmoniosa ou, pelo menos, menos arredia.

Nesse sentido, o manejo de bem-estar animal distancia-se das lidas com os búfalos da região do baixo Araguaari (TO), tal como descritas na etnografia de Pires (2015). Os búfalos são caracterizados por seus vaqueiros como animais fortes, rústicos e de temperamento intempestivo e, em função disso, requerem uma lida igualmente bruta. A *brutidade*, exercida por meio de laços, amarras e cordas, é considerada pelo autor como o princípio organizador da relação entre vaqueiros e seus búfalos. Algo semelhante se passa com as lidas *brabíssimas*, tais como descritas por Lima (2015) na região do Pampa gaúcho. Nestas, é a lógica da caça que informa e constitui não apenas um método de manejo dos rebanhos bovinos, mas também todo um modo de vida que envolve condições climáticas adversas, bois bravos e cavalos xucros, o que demanda dos campeiros – como são chamados os trabalhadores do gado naquela região – simultaneamente força e cuidado.

os bois não andariam. Eles haviam se assustado com a minha presença, ainda que razoavelmente camuflada pela grossa porteira e pela cerca que nos separava.

No manejo de bem-estar animal, mais do que força, é o *jeito* que deve ser acionado em contato com eles. Para lidar com as recalcitrâncias animais, seja por comportamentos agressivos, seja pela extrema passividade, o manejo racional requer estratégias de persuasão que envolvem equipamentos – como as bandeirinhas e os currais antiestresse – e técnicas a eles associadas. Explicando-me a respeito do comportamento dos bois enquanto trabalhávamos no curral, Felipe disse-me que “é que nem gente: tu vai ver uns mais estressados, uns melhores de lidar, uns mais difíceis”. Os bois que empacam e se recusam a andar pelos corredores do curral ou a seguir a tropa quando o gado é movimentado pelas pastagens e pelo confinamento são chamados de *amuados* e preguiçosos: é o boi *lerdão*. Outros animais, por sua vez, investem contra os vaqueiros e campeiros, pulam cercas e quebram porteiras e são chamados de *brabeza*, *loucão* e *doidão*.

Alguns brabezas podem pular sobre os muros dos corredores do curral, que têm aproximadamente dois metros de altura, ou ainda estourar as porteiras, quebrando suas tábuas. Estes são os bichos “difíceis”, que “atrasam o serviço” e “cansam o peão”. A primeira providência a ser tomada para lidar com esses animais é separar os brabezas de seus companheiros de lote. O curral é equipado com duas entradas de animais, e uma delas, costumeiramente, fica vazia. O brabeza é então apartado para esta área e espera-se que ele se acalme. Os demais animais seguem seu caminho pela seringa (estrutura cercada de formato circular ou triangular que antecede o tronco de contenção) e pelo tronco de contenção. Ao término do cadastramento (ou pesagem, ou vacinação etc.) de um lote, tenta-se passar o brabeza pelo tronco com os costumeiros chamados de “vem, vem”, “eira, eira”, “boi, boi” e a agitação da bandeira de manejo. Quando estes métodos não surtem o efeito desejado, um saco de ração furado na altura do focinho é colocado na cabeça do bovino para que ele não enxergue. Com alguns brados e pancadas no traseiro, ele anda para frente e segue o caminho rumo ao tronco. Esse procedimento não é realizado quando os animais vão para o frigorífico. Se há algum brabeza no lote com destino ao matadouro, ele “fica para a próxima”, pois é indesejável que sua carcaça seja danificada, uma vez que as lesões são extraídas e descontadas do montante pago ao pecuarista.

Em um dia *apurado* – estavam entrando muitos bois na fazenda, era época de “encher o confinamento”, nos meses de maio e junho, período que corresponde ao início da seca no centro-oeste – o trabalho estava vagaroso, todos

reclamavam. Os bois empacavam na seringa, retornavam, fazendo com que os demais os seguissem. Outros bovinos estavam muito agitados e não chegavam sequer à entrada do corredor de acesso ao tronco. Felipe analisava atentamente aquela situação do alto do mezanino em que se posiciona para acionar as alavancas do tronco de contenção hidráulico, enquanto os demais discutiam os motivos para a lentidão do trabalho. A mansidão dos animais foi a primeira explicação: “eita gado pirracento!”, “como são preguiçosos!”. Mas isso não explicava tudo e, sobretudo, não solucionava o problema. Levantou-se a questão da raça: tratava-se de bois de raça europeia, segundo eles, dóceis e calmos demais.

Foi então que Felipe notou que o corredor estava excessivamente largo e propôs que fossem colocados pneus nas laterais para diminuir suas dimensões e evitar que os bois alterassem a rota a ser seguida. Mas, além disso, percebeu algo que, conforme me contou, havia “aprendido com o bem-estar animal” e a palestra de Temple Grandin,¹⁴ que havia assistido há pouco tempo. Havia um pequeno desnível no piso de terra batida do corredor que formava praticamente um degrau. Com a sombra que se projetava ali, os animais perceberiam aquilo como um grande fosso e recuavam por não saber onde pisavam. Uma pá carregadeira trouxe terra que cobriu o desnível e aplainou o terreno. Os pneus foram amarrados com cordas nas laterais do corredor e, feitas essas melhorias improvisadas, a dinâmica do trabalho mudou. Os bois caminhavam com menos dificuldades pelo corredor estreitado e poucos, em raros momentos, empacavam ou se mostravam agitados.¹⁵

Junto ao treinamento dos vaqueiros, tecnologias de bem-estar animal também são testadas e experimentadas na fazenda. O tronco de contenção hidráulico, por exemplo, é considerado *moderno* por apresentar baixos níveis de ruído – o barulho é considerado um fator estressante para os animais –

14 Temple Grandin é professora e pesquisadora na Universidade do Colorado, nos Estados Unidos, principal referência na área de bem-estar animal e abate humanitário. É autora de vários livros e artigos, entre os quais *O bem-estar dos animais*, juntamente com Catherine Johnson, e *A língua dos bichos*, ambos traduzidos para o português, bem como de novas tecnologias para abatedouros. Sua condição de autista é apresentada como a razão de sua capacidade peculiar de se colocar no lugar dos animais, sentindo os medos e os sofrimentos a que ficam expostos sobremaneira nos caminhos dos abatedouros.

15 Um corredor estreitado é considerado mais positivo aos animais do que um corredor largo. Suas paredes não devem ser vazadas, a fim de que os animais não sejam estimulados por elementos e acontecimentos externos.

e necessita de apenas um vaqueiro para operá-lo por meio de alavancas. A empresa fabricante desta máquina ostenta o *slogan* “Manejo Racional e Produtivo”, que evoca dois objetivos caros ao bem-estar animal (aumentar a produtividade através de métodos não agressivos). O tronco de contenção, como sugere a denominação, é uma máquina cuja finalidade é conter bois e vacas para que não se mexam enquanto são vacinados, brincados, marcados, quando são, enfim, trabalhados. O tronco é composto por uma pescoceira, que se agarra ao pescoço do boi, imobilizando a sua cabeça. Há também o trapézio, mecanismo que se ajusta às pernas traseiras do boi impedindo-o de desferir possíveis coices. Diversas portinholas permitem o acesso localizado ao corpo dos animais, conforme a necessidade dos procedimentos.

Além do tronco hidráulico, de uso já estabelecido na fazenda, estava em período de teste uma seringa circular, hidráulica e manejada por alavancas. Trata-se de uma seringa desenvolvida com “tecnologia em bem-estar animal”, pensada de modo a reduzir o estresse do gado que passa pelo corredor. De acordo com Quintiliano et al. (2014), o formato circular da seringa facilita a condução dos animais pelo curral, pois evita que eles se aglomerem nos cantos e resistam a prosseguir pelos corredores. A vedação completa das laterais impede que os animais se interessem por objetos situados fora dessa estrutura. Esta seringa viria a substituir a antiga, de formato em meia-lua, e com uma parede móvel movimentada, geralmente, por um vaqueiro, auxiliado por outro que agita as bandeiras de manejo de modo a organizar os animais naquele espaço, rumo ao tronco de contenção. Com a nova seringa, afirmavam os gerentes, o trabalho seria otimizado e dispensaria a tarefa de afinar os animais pelo antigo corredor. Medidas menos custosas também são tomadas tendo-se em mente o comportamento dos animais. As porteiras, por exemplo, são estrategicamente posicionadas nas extremidades dos cercados. Segundo os vaqueiros, esse posicionamento das porteiras facilita o manejo, pois o gado tem a tendência de se aglomerar nos cantos dos piquetes.

Trabalhar os animais exige, desta forma, que se trabalhe *com* eles, entendendo as suas necessidades, comportamentos, temperamentos etc. Sigo aqui a abordagem de Jocelyne Porcher, para quem o mundo comum de humanos e gado é o mundo do trabalho: “é graças ao trabalho que alguns aspectos dos bovinos tornam-se conhecidos para nós e, parte de nós mesmos, enquanto seres humanos, torna-se conhecido pelos bovinos” (Porcher, 2014:2). O bem-estar animal se insere nessas práticas de conhecimento mútuo, em uma tentativa de transformar as relações tradicionais, tidas como agressivas e bru-

tais, em relações humanitárias, características de uma pecuária industrial, moderna e sustentável (Ludtke et al., 2012).

Ao tempo presente, que se pode chamar de “tempo de bem-estar”, os vaqueiros contrastam o “tempo da bruta”, anterior aos cursos de capacitação em bem-estar animal que se realizam periodicamente na fazenda, há cerca de 11 anos. Na fala do vaqueiro Valdir, que trabalha na fazenda desde antes da implementação dos protocolos de bem-estar animal,

É bom pro boi e bom pro peão, não machuca. E naquele tempo não, naquele tempo bruto a gente machuca! Cê vai lá mexer com trem bruto machuca, né. Hoje não, tá de boa. Antigamente não: o boi furava e vamos pegar. Aí chegava lá, cê laçava ele, machucava o boi também, cê machuca a criação. Agora não, cê fica de boa. Se ele não quer ir, cê deixa ele lá. Depois cê vai lá com jeitinho e traz ele. E antigamente não, hoje é tudo ‘banho maria’. Calma, né.

Incorporadas nas rotinas de trabalho, as medidas de bem-estar animal são aqui percebidas de forma positiva pelo vaqueiro. A calma na execução das atividades fica prejudicada somente quando a pressão por produtividade se impõe à sua execução: sofrem humanos e animais quando há sobrecarga de trabalho. No cotidiano, saberes tradicionais e saberes de bem-estar animal,¹⁶ oriundos das capacitações, se articulam transformando determinadas práticas, bem como os animais e os humanos nelas relacionados.

De acordo com os vaqueiros, a introdução de práticas de bem-estar animal na Fazenda Beira Alta não foi pacífica e alguns trabalhadores resistiram às novas medidas. Houve mesmo demissões por incompatibilidades com o novo método de trabalho. Como afirma Felipe, capataz na fazenda, “antes do bem-estar era tudo na doidura, na pancada mesmo”. Ele próprio via com ceticismo a introdução das bandeiras de manejo e previa atrasos no trabalho em função da impossibilidade de se bater e gritar com os animais. Atualmente, o capataz, ao treinar os vaqueiros novatos e apresentar os trabalhos da fazenda a eles, esforça-se em transmitir seus conhecimentos sobre o bem-estar animal e ressentido-se das tentativas de burlar os seus ensinamentos.

É nos vaqueiros recém-chegados à fazenda que se percebem as maiores

¹⁶ A oposição entre tradicional e moderno é utilizada aqui tendo em mente a polaridade entre os termos tal como ela aparece nos manuais informativos de bem-estar animal apresentados nas páginas precedentes.

resistências aos métodos de manejo de bem-estar animal. Nos primeiros dias dos novos trabalhadores, o capataz repassa as instruções de uso das bandeiras de manejo, o posicionamento correto das seringas para a vacinação, repreende as tentativas mais agressivas de manejo e as ofensas verbais dirigidas aos animais. Não raro, tais métodos motivam gracejos e desconfianças quanto à sua efetividade. Entretanto, dada a importância conferida pela administração da fazenda à certificação de bem-estar animal e a insistência quanto à sua aplicação, seja por meio das instruções do capataz, seja pela realização dos treinamentos periódicos, as lidas com o gado são ajustadas e constantemente objeto de avaliação por parte dos gerentes.

De outra parte, os equipamentos instalados na fazenda de modo a contribuir para o bem-estar animal não são unanimidades entre os vaqueiros. Valdir, há mais de dez anos vaqueiro na fazenda, preferia a antiga seringa, em formato de meia-lua e acionada manualmente, à seringa hidráulica. Segundo ele, a primeira funcionava melhor e era mais segura para os vaqueiros, mesmo eles empregando mais força para o seu funcionamento. Apesar de idealmente a seringa hidráulica dispensar um vaqueiro para a movimentação do gado no curral, na prática ele continua necessário, pois com muita frequência é preciso que o vaqueiro intervenha nessa movimentação.

Conversando com Márcio e Jean, respectivamente capataz responsável pela unidade de recria e gerente-geral nas Fazendas Beira Alta (MT), ambos são unânimes em afirmar que, “ao contrário do que os professores falam nos cursos de bem-estar, não tem boi que gosta de passar pelo tronco”. Márcio perguntou-me se gostaria de ter o pescoço preso pela pescoceira e a orelha furada, levar picadas de agulha e ter a pele marcada com ferro quente. Respondi negativamente, ao que ele em seguida completou: “pois é, o boi também não!”. O gerente da fazenda concordou com o capataz que o sistema automatizado não era o melhor para os animais, pois muitas das pancadas que os bois sofrem na cabeça e no pescoço são provocados pelas tentativas feitas para prendê-lo ali. O mesmo não se passa caso o mecanismo seja manual, já que o vaqueiro se cansa de puxar as pesadas alavancas antes de magoar o animal.

Do ponto de vista de uma antropologia contemporânea voltada para a história das relações entre humanos e animais, Ingold (2000) propõe que esta seja entendida a partir de seus distintos modos de engajamento. Nas sociedades caçadoras/coletoras, as relações dos humanos com os animais por eles caçados baseiam-se em um princípio de confiança (*trust*), visto que os animais

participam do mesmo mundo que os humanos e não são tratados como seres de um universo à parte (mundo selvagem). Os animais são aqui parceiros em uma relação de reciprocidade que exige contrapartidas de ambos os lados: ao caçador é exigido cuidado e respeito com a caça que, por sua vez, tem o poder de resistir às investidas humanas de captura e predação.

Em compensação, nas sociedades agropastoris a dominação (*domination*) é o paradigma que singulariza as relações entre animais e humanos (Ingold, 2000). Ainda que o pastor dependa dos animais e responsabilize-se por seus cuidados, perde-se aqui a reciprocidade humano-animal tal qual percebida entre os grupos caçadores/coletores. O pastor detém o controle sobre o destino do animal, decidindo sobre sua vida e a sua morte, atuando como seu “protetor, guardião e executor” (Ingold, 2000: 72). Os instrumentos do pastor, tais como o chicote, as esporas e os arreios são instrumentos de controle utilizados para restringir e forçar o movimento dos animais, o que acontece por meio da força e da dor (Ingold, 2000). Tais princípios são mutuamente excludentes pois, segundo o autor, ao garantir a obediência dos animais nos sistemas pastoris, seja por meios violentos seja por formas mais sutis de dominação, é suprimida a confiança, que se baseia no reconhecimento da autonomia do animal.

A partir da abordagem de Ingold, as medidas de bem-estar animal podem ser pensadas no sentido de uma transformação no paradigma do domínio, não pela sua supressão, mas pela mudança em seus instrumentos e métodos. Saem de cena chicotes, açoites e agulhões para darem lugar a bandeiras de manejo, troncos hidráulicos e currais antiestresse. A assimetria humano-animal está implícita nas relações às quais a categoria de bem-estar animal faz referência. Dela não resulta, entretanto, uma completa passividade dos animais em suas relações com os humanos. No cotidiano de trabalho nas fazendas, os bois resistem e enfrentam os humanos em suas tentativas de fazê-los cooperar. As medidas de bem-estar animal podem ser assim descritas como um conjunto de conhecimentos e práticas que visa tornar essas relações assimétricas menos cruéis e dolorosas e não menos lucrativas.

O estatuto dos animais não é algo rígido e definível *a priori*. Como demonstrou Wilkie (2010), uma linha tênue separa uma visão dos animais enquanto ferramentas/objetos na engrenagem pecuária e sua percepção enquanto seres sencientes: “eu uso o termo ‘commodity senciente’ para chamar a atenção para o estatuto ambíguo e cambiante do gado, bem como às tentativas cogniti-

vas e emocionais das pessoas para negociar essa linha tênue na prática” (Wilkie, 2010:123). Os animais de produção são, no entender da autora, commodities atípicas, que gozam de um estatuto ambíguo. Aqueles que trabalham diretamente com os animais estão, conforme Wilkie, conscientes de seus atributos bióticos e comportamentais. As premissas de bem-estar animal, advindas das palestras, dos treinamentos e dos cursos de capacitação, influenciam essa espécie de comunicação interespecífica, sempre balizada pelas exigências de rapidez e eficiência, típicas do trabalho industrial.

Referências bibliográficas

- ABIEC. 2016. *Perfil da Pecuária no Brasil*. Relatório Anual. Disponível em: <http://abiec.siteoficial.ws/images/upload/sumario-pt-010217.pdf>. Acesso em 22/06/2017.
- BRAMBELL Committee. 1965. *Report of the Technical Committee to Enquire into the Welfare of Animals kept under Intensive Livestock Husbandry Systems*. Londres: Her Majesty's Stationery Office.
- BRASIL. 1997. Decreto Federal nº 2.244 de 04 de junho de 1997. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2244-4-junho-1997-437252-norma-pe.html>. Acesso em 23/06/2017.
- BULLIET, Richard W. 2005. *Hunters, herders and hamburgers: the past and future of humananimal relationships*. New York: Columbia University Press.
- CLIMENI, Bruno Santi Orsi; MONTEIRO, Marcos Vilkas; SAMARONI, Mayco & PICCININ, Adriano. 2008. “Interpretação da linguagem dos animais para manutenção do bem-estar animal”. *Revista Eletrônica de Medicina Veterinária*, 10 (1), s/p.
- FRANCIONE, Gary. 1996. *Rain without thunder: the ideology of the animal rights movement*. Philadelphia: Temple University Press.
- GRANDIN, Temple & JOHNSON, Catherine. 2010. *O bem-estar dos animais. Proposta de uma vida melhor para todos os bichos*. Rio de Janeiro: Rocco.
- HONORATO, Luciana Aparecida et al. 2012. Particularidades relevantes da interação humano-animal para o bem-estar e produtividade de vacas leiteiras. *Cienc. Rural* [online], v. 42, n. 2:332-339.
- IBGE. 2016. Estatística da Produção Pecuária. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2015_v43_br.pdf. Acesso em 22/06/2017.
- INGOLD, Tim. 2000. *The perceptions of environment: essays on livelihood, dwelling, and skill*. New York: Routledge.
- LEAL, Natacha Simei. 2014. *Nome aos bois. Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo (USP).
- LIMA, Daniel Vaz. 2015. “Cada doma é um livro”: a relação entre humanos e cavalos no Pampa sul-riograndense. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.
- LUDTKE, C. et al. 2012. *Abate Humanitário de Bovinos*. Rio de Janeiro: WSPA.
- MOREIRA, Saulo Amaral; THOMÉ, Karim Marini; FERREIRA, Polyanna da Silva &

- BOTELHO FILHO, Flávio Borges. 2009. “Análise econômica da terminação de gado de corte em confinamento dentro da dinâmica de uma propriedade agrícola”. *Custos e @gronegócios* (online), v. 5, n. 3:132–152.
- NOSKE, Barbara. 1993. “The Animal Question in Anthropology: a Commentary”. *Society and Animals Journal*, v. 1, n. 1:185–190.
- OLIVEIRA, C.B.; BORTOLI, E.C. & BARCELLOS, J.O.J. 2008. “Diferenciação por qualidade da carne bovina: a ótica do bem-estar animal”. *Ciência Rural*, Santa Maria, RS, v. 38, n. 7:2092–2096.
- PARANHOS DA COSTA, M.J.R; ROSA, M.S. & CHIQUITELLI NETO, M. 2003. “A visão dos bovinos e o manejo”. Disponível em: [www.milkpoint.com.br/ SistemasdeProdução](http://www.milkpoint.com.br/SistemasdeProdução). Acesso em 23/06/2017.
- PARANHOS DA COSTA, M.; SPIRONELLI, A.L.G. & QUINTILIANO, M.H. 2008. *Boas Práticas de Manejo: Embarque*. Jaboticabal: Funep.
- PARANHOS DA COSTA, M.; SCHMIDEK, A. & TOLEDO, L.M. de. 2013. *Boas Práticas de Manejo: Bezerros ao Nascimento*. Brasília: Mapa/ACS.
- PETERS, M.D.P.; BARBOSA SILVEIRA, I.D. & RODRIGUES, C.M. 2007. “Interação humano e bovino de leite”. *Arch. Zootec.*, 56 (R):9–23.
- PIRES, Pedro Stoekli. 2015. *Laços Brutos: vaqueiros e búfalos no baixo Araguaí – Amapá*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.
- PORCHER, Jocelyne. 2004. “‘Você liga demais para os sentimentos’, ‘Bem-estar animal’, repressão da afetividade, sofrimento dos pecuaristas”. *Revista Produção*, 14 (3):35–44.
- _____. 2013. “The Relationship between Workers and Animals in the Pork Industry: A Shared Suffering”. *J. Agric. Environ Ethics*, 24:3–17.
- _____. 2014. “The work of animals: a challenge for social sciences”. *Humanimalia*, 6 (1):1–9.
- POLLAN, Michael. 2007. *O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- QUINTILIANO, Murilo Henrique; PASCOA, Adriano Gomes & PARANHOS DA COSTA, Mateus J.R. 2014. *Boas Práticas de Manejo: Curral Projeto e Construção*. Jaboticabal: Funep.
- REGAN, Tom. 2006. *Jaulas Vazias: Encarando o Desafio dos Direitos Animais*. Porto Alegre: Lugano.
- ROSA, Marcelo S. & PARANHOS DA COSTA, Mateus J.R. s/d. “O reflexo da interação amigável entre humanos e bovinos no bem-estar da fazenda”. Disponível em: <http://www.grupoetco.org.br/publi_comportamento_e_bemestar.html>. Acesso em 22/06/2017.
- SINGER, Peter. *Libertação Animal*. 2004. Porto Alegre: Lugano.
- SORDI, Caetano. 2013. “Os animais de produção, novos corpos-que-sofrem: morte, sofrimento e a profissionalização do bem-estar no contexto da pecuária de corte brasileira”. In: V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (APA) – Antropologia em Contraponto, 2013, Vila Real (Portugal). Disponível em: <https://www.mecon.nomadit.co.uk/pub/conference_epaper_download.php?PaperID=17749&MIMEType=application/pdf>. Acesso em 22/06/2017.
- WILKIE, Rohda. 2010. *Livestock/Deadstock: working with farm animals from birth to slaughter*. Philadelphia: Temple University Press.